



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
BACHARELADO EM ENFERMAGEM

GIOVANNA LOUISE BOMFIM DE SOUZA

**POPULAÇÃO TRANSGÊNERA EM SERVIÇOS DE SAÚDE E
AMBIENTES DE FORMAÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado em forma de artigo ao Curso
de Enfermagem do Centro Universitário
de Brasília, UniCEUB, sob orientação do
Profa. Me. Ester Mascarenhas Oliveira.

BRASÍLIA
2020

População transgênera em serviços de saúde e ambientes de formação: uma revisão integrativa

Giovanna Louise Bomfim de Souza¹
Ester Mascarenhas Oliveira²

RESUMO

A invisibilidade vivenciada pelas pessoas transgêneras, reflete uma existência marcada por repúdio, preconceito e recorrentes episódios de violência. Esse contexto, por hora marcado pelas diferentes formas de agressão, somado à escassez de estratégias de atenção à saúde e educação incidem, sobre o referido segmento como catalisadores de vulnerabilidade. O objetivo deste artigo foi descrever os elementos que fazem parte do contexto de saúde e educação da população transgênera. Trata-se de uma revisão integrativa. Para conduzir as buscas foi utilizada a estratégia SPIDER, permitindo evidenciar pesquisas com diferentes delineamentos. Foram selecionados dezoito artigos nas bases de dados SciELO, LILACS e PEPSIC. Os contextos sociais de saúde e educação vivenciados pela população transgênera são marcados por condições adversas, a exemplo do não respeito ao nome social e identidade de gênero, despreparo dos profissionais para lidar com tamanha singularidade. Mesmo com os avanços já alcançados, ainda existem desafios a serem superados. A discriminação e o estigma são as principais barreiras a serem desconstruídas para o alcance de uma atenção integral voltada para esse grupo.

Palavras-Chave: Pessoa Transgênera; Processo Transexualizador; Qualificação; Preconceito; Violência.

Transgender population in health services and training environments: an integrative review

ABSTRACT

The invisibility experienced by transgender people reflects an existence marked by repudiation, prejudice and recurrent episodes of violence. This context, marked by different forms of aggression, added to the scarcity of health care and education strategies, affects this segment as catalysts for vulnerability. The purpose of this article was to describe the elements that are part of the health and education context of the transgender population. This is an integrative review. To conduct the searches, the SPIDER strategy was used, allowing to evidence research with different designs. Eighteen articles were selected from the SciELO, LILACS and PEPSIC databases. The social contexts of health and education experienced by the transgender population are marked by adverse conditions, such as the lack of respect for the social name and gender identity, unpreparedness of professionals to deal with such uniqueness. Even with the advances already achieved, there are still challenges to be overcome. Discrimination and stigma are the main barriers to be deconstructed to achieve comprehensive care for this group.

Key words: Transgender Person; Transexualizing Process; Qualification; Preconception; Violence.

¹ Estudante do Curso de Enfermagem do UniCEUB;

² Professora do Curso de Enfermagem do UniCEUB.

1 INTRODUÇÃO

Pessoas transgêneras são aquelas que realizaram ou estão passando pelo processo de transição através da mudança corporal, renunciando a determinação biológica, ou seja, não se identificam com o sexo indicado por características fisiológicas. Assim, constroem-se uma nova identidade para apreciar vivências pelas quais se sintam reconhecidas (VILLIKE *et al.*, 2019).

O termo transgênero é utilizado para se referir às pessoas transexuais e travestis. Deste modo, travestis são pessoas que alteram o comportamento e o corpo (através de procedimentos estéticos) para que se assemelhem ao do sexo oposto, contudo, sem reivindicar a subjetividade própria deste sexo e sem abrir mão do pênis. Transexuais são indivíduos que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento, e, por isso, manifestam necessidade de adequar o corpo à forma como pensam e se sentem (SILVA *et al.*, 2016), por isso, com frequência passam por cirurgias.

Na atualização da Classificação Internacional das Doenças (CID-11), que substituiu a CID-10, a Organização Mundial da Saúde (OMS) removeu a expressão transexualidade do conteúdo sobre “transtornos de personalidade e comportamento”, em um subcapítulo chamado “transtornos de identidade de gênero”, para incluir em um novo capítulo, designado “condições relacionadas à saúde sexual” e classificado como “incongruência de gênero”. Deste modo, a transexualidade deixou de estar relacionada a uma escolha ou a uma doença mental, passando a ser considerada uma questão de identidade (DORNELAS *et al.*, 2012).

Segundo Silva *et al.* (2014) há uma divergência entre as expressões identidade de gênero e orientação sexual. A primeira remete ao gênero na qual uma pessoa se reconhece concordando ou não com o sexo que lhe foi atribuído ao nascimento, ou seja, uma pessoa pode nascer homem ou mulher e se identificar com o gênero oposto - masculino e feminino. Já a segunda está relacionada às questões de sexualidade voltadas para atração afetiva por outra pessoa, designando sua orientação sexual, as quais se classificam em heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, entre outros.

Para Rodrigues (2019) ainda que a diversidade sexual esteja presente no meio social desde os primórdios, esse assunto ainda é polemizado, já que na maioria das situações levanta discursos de ódio e divide opiniões, não sendo totalmente aceita pela sociedade de forma pacífica. A discriminação, repulsa, ódio e preconceito praticados contra essa parcela minoritária da população recebe o nome de transfobia. A aversão voltada para as pessoas

transgêneras constitui questões relacionadas à violência, tanto física quanto psicológica, gerando sofrimento e a não inclusão social.

Diante disto, a população transgênera está sujeita a injúrias oriundas do estigma e da discriminação, que culminam na exclusão social e violam os direitos humanos, como a saúde, dignidade, a educação, a não discriminação, autonomia e o livre desenvolvimento. A dificuldade apresentada pela população transgênera no acesso a direitos e o desconforto vivenciado nos diversos contextos sociais podem culminar no afastamento desta população, e como consequência, gerar desigualdades no acesso a direitos sociais, os quais são fundamentos inerentes à pessoa humana (SOARES, 2018).

No que se diz respeito ao campo da saúde, as pessoas transgêneras constituem uma população em vulnerabilidade, que pode ser exemplificada pelo constante aumento da violência, assassinatos, agravos voltados à saúde mental, predominância do HIV, entre outros. Em função das dificuldades citadas e a pauta relacionada aos direitos de cidadania desse grupo, ainda existem lacunas a serem preenchidas com ênfase na atenção integral em saúde e facilitação do acesso a serviços, sem risco de discriminação. Essas postulações vêm se erguendo paralelamente aos esforços por fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e alavancam debates acerca das implicações das desigualdades sociais na assistência em saúde. (MONTEIRO; BRIGEIRO; BARBOSA, 2019).

Vários problemas sociais também contribuem para fragilidade no campo educacional, isto porque, a realidade na qual esta população está inserida é marcada por uma série de dificuldades estruturais e de violências que dificultam o acesso e a permanência na educação. Diante deste fato, mesmo com avanços relacionados às políticas públicas de inclusão, ainda encontra-se pouca pluralidade econômica, étnica, sexual e de gênero tanto na educação básica, quanto superior. Em consequência disso, é possível observar a dificuldade no ingresso ao mercado formal de trabalho, fazendo com que uma parte da população transgênera procure como fonte de subsistência, a prostituição, profissão que as torna mais vulneráveis (SILVA, 2018).

Diante disso, o interesse pela temática de estudo surge das discussões nas disciplinas de saúde coletiva e saúde mental do curso de enfermagem. Nesse contexto, debatia-se sobre estigma, preconceito, políticas públicas e inserção das pessoas transgêneras nos diversos contextos sociais. Desse modo, questiona-se: “Quais elementos fazem parte do contexto de saúde e educação das pessoas transgêneras?”. Como vistas a respondê-la, o presente estudo tem como objetivo descrever os elementos que fazem parte do contexto de saúde e educação

da população transgênera. Essa pesquisa mostra-se relevante uma vez que propõe-se discutir sobre uma população vulnerável e estigmatizada.

2 MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura acerca da população transgênera nos contextos de saúde e educação. Esse tipo de revisão admite a elaboração de ampla análise, o que contribui para discussões sobre métodos e resultados de pesquisa, trazendo assim reflexões sobre futuras pesquisas a serem realizadas. É necessário, portanto, que sejam seguidos padrões de clareza e crítica neste tipo de revisão, de modo que o leitor possa identificar as características mais relevantes dos estudos revisados. Na operacionalização desta revisão integrativa, foram utilizadas as seguintes etapas: definição da questão temática, estabelecimento dos critérios para a seleção da amostra, coleta de informações, análise e interpretação dos resultados obtidos e por último, apresentação da revisão integrativa (SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2010).

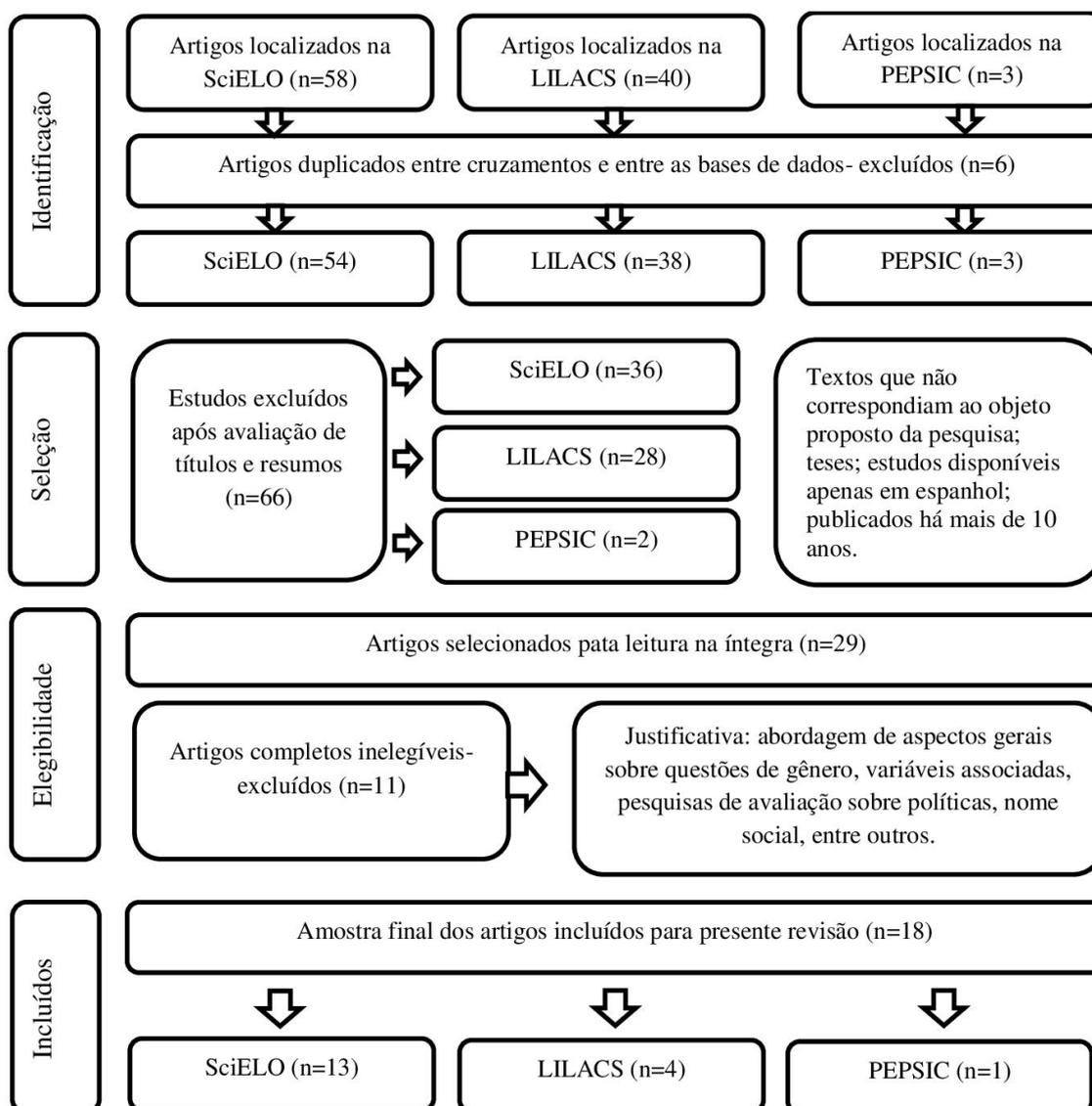
Como forma de construir a questão de estudo e conduzir as buscas foi utilizada a estratégia SPIDER, permitindo evidenciar pesquisas com diferentes delineamentos e que abordem determinados comportamentos, relações entre variáveis qualitativas e quantitativas, experiências individuais e coletivas, e intervenções que possuem significados sociais. Esta estratégia contempla os seguintes elementos: *Sample* (amostra); *Phenomenon of Interest* (fenômeno de interesse); *Design* (desenho do estudo); *Evaluation* (avaliações); *Research type* (tipo de pesquisa) e juntos norteiam as buscas e influenciam na robustez da revisão (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

O levantamento de estudos na literatura ocorreu de agosto a setembro de 2020 nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), utilizando os seguintes descritores: pessoa transgênera, educação e saúde. Para a seleção dos estudos foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: publicações que tratavam das pessoas transgênero e o acesso à saúde e educação, textos completos de acesso online e gratuito, disponíveis em português ou inglês e publicados entre 2011 e 2020. Já os critérios de exclusão, foram definidos para artigos científicos em duplicidade, artigos na qual não contemplaram a pergunta da pesquisa, quando disponíveis apenas em espanhol, estudos correspondentes a monografias e teses e aqueles publicados anteriormente ao recorte temporal, ou seja, a mais de dez anos.

3 RESULTADOS

A busca resultou em 101 estudos, sendo 58 base de dados SciELO, 40 na LILACS e 3 na PEPsic. Dos 58 estudos disponíveis na base de dados SciELO, foram excluídos: 29 artigos que não correspondiam ao objeto proposto; 4 artigos disponíveis apenas em espanhol e 3 artigos publicados antes de 2011. Dos 40 estudos disponíveis na base de dados LILACS, foram excluídos: 22 artigos que não correspondiam ao objeto proposto; 3 artigos disponíveis apenas em espanhol e 3 teses. Dos 3 estudos disponíveis na base de dados PEPsic, foram excluídos: 2 artigos que não correspondiam ao objeto proposto. Foram excluídos 6 artigos encontrados em duplicidade nas bases de dados pesquisadas. Ao final desta busca, foram selecionados o total de 29 artigos, conforme representado na figura 1.

Figura 1. Fluxograma do processo de elaboração da revisão integrativa.



Fonte: elaborada pela autora (2020).

Em sequência, foi constituída a etapa de leitura dos artigos selecionados, buscando a fidelidade dos estudos, verificando a relação destes com a questão norteadora da revisão integrativa. Foram excluídos 11 artigos, sendo 3 da SciELO e 8 da LILACS, estes abordavam aspectos gerais sobre questões de gênero, pesquisas de avaliação sobre políticas, nome social, entre outros. Com isso, a pesquisa final consistiu em 18 estudos, sendo 13 encontrados na base de dados SciELO, 4 na LILACS e 1 na PEPISIC, conforme representado na figura 1.

Ao final, os estudos levantados foram analisados com relação ao nível de evidência científica, que permitiu classificar as evidências de forma hierárquica em fortes, moderadas e fracas. A primeira abrangeu evidências resultantes da meta-análise de múltiplos estudos clínicos controlados e randomizados (Nível 1) e as obtidas em estudos individuais com delineamento experimental (Nível 2). Já a segunda englobou evidências de estudos quase experimentais (Nível 3) e de estudos descritivos ou qualitativos (Nível 4). E por último, foram classificadas como frágeis as evidências provenientes de relatos de caso ou de experiência (Nível 5) e as baseadas em opiniões de especialistas (Nível 6) (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Com relação ao tipo de estudo, nove artigos consistiam em pesquisas qualitativas, cinco em estudos descritivos, três estudos eram de natureza mista (quantitativa e qualitativa) e uma meta-análise de estudo clínico randomizado. Com relação à classificação das evidências, dezessete foram consideradas moderadas (Nível IV) e uma considerada forte (Nível I).

As características gerais dos estudos incluídos podem ser observadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Características gerais dos estudos incluídos.

Autores	Ano	Tipo de estudo	Classificação das evidências
MONTEIRO e BRIGEIRO	2019	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
MAGNO et al.	2019	Meta-análise de estudo clínico randomizado	Fortes – Nível I
BEZERRA et al.	2020	Estudo descritivo	Moderadas – Nível IV
OLIVEIRA e ROMANINI	2020	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
ROCON et al.	2016	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
BARBOSA, SILVA, e SERÓDIO	2020	Estudo descritivo	Moderadas – Nível IV
POPADIUK, OLIVEIRA e SIGMORELLI	2017	Estudo de natureza mista	Moderadas – Nível IV
SOUSA e IRIART	2018	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
ROCON et al.	2019	Estudo descritivo	Moderadas – Nível IV
SODRÉ et al.	2018	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
SALEIRO	2017	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV

ALMEIDA e VASCONCELLOS	2018	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
MAGNO, DOURADO e SILVA	2017	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
SILVA et al.	2016	Estudo de natureza mista	Moderadas – Nível IV
SPIZZIRRI et al.	2017	Estudo descritivo	Moderadas – Nível IV
FRANCO	2016	Estudo de natureza mista	Moderadas – Nível IV
SOUZA e BERNARDO	2014	Pesquisa qualitativa	Moderadas – Nível IV
NATAL-NETO, MACEDO e BICALHO	2016	Estudo descritivo	Moderadas – Nível IV

Fonte: elaborada pela autora (2020).

A Tabela 2 mostra a distribuição dos estudos revisados. Foi realizada a identificação com a respectiva caracterização, dos objetivos das pesquisas e dos resultados encontrados.

Tabela 2- Distribuição dos estudos revisados

Autores	Título	Objetivos	Resultados
MONTEIRO e BRIGEIRO	Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões	Identificar políticas de prevenção do HIV e testagem em três municípios da Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil, que indagou grupos sexualmente marginalizados sobre suas demandas em saúde e experiências de discriminação nos serviços.	Os achados do estudo sugerem que os serviços de saúde e acesso de pessoas trans/travestis depende de melhorias no funcionamento do SUS, capacitação profissional e reconhecimento das especificidades de cada tecnologia de gênero e como concorrem entre si, sem atribuir uma valoração moral diferenciada àquelas manejadas pelas próprias travestis/transsexuais.
MAGNO et al.	Stigma and discrimination related to gender identity and vulnerability to HIV/AIDS among transgender women: a systematic review	Analyze the relationship between stigma and discrimination related to gender identity in transgender women and vulnerability to HIV/AIDS.	The studies showed a relationship between stigma and discrimination and transgender women's vulnerability to HIV/AIDS and indicated the need for public policies to fight discrimination in society..
BEZERRA et al.	Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva	Identificar o que expressaram as publicações dos principais periódicos nacionais da área da saúde coletiva, sobre gestão, políticas e práticas em saúde direcionadas à população LGBT, no período compreendido entre 2004 e 2018.	Verificou-se a necessidade de realização de pesquisas direcionadas à análise de implantação das políticas públicas de saúde LGBT, que subsidiem a construção de dados epidemiológicos e informações que traduzam as necessidades em saúde dessa população.

OLIVEIRA e ROMANINI	Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde	Compreender a forma como vão se construindo as trajetórias das pessoas transgênero nas políticas públicas de saúde em um município do interior do Rio Grande do Sul.	Mostram a existência de políticas públicas, por si só, não garante o acesso da população trans aos serviços de saúde, visto que este, ou mesmo a falta dele, é transversalizado por diferentes fatores. Dificuldades como a falta de preparo dos profissionais de saúde, a patologização da experiência transexual e, principalmente, a falta de acolhimento ainda se fazem presentes.
ROCON et al.	Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde	Discutir as dificuldades de pessoas trans moradoras da região metropolitana da Grande Vitória/ES em acessarem os serviços de saúde no SUS.	Observou-se a necessidade de modificar o diagnóstico em sua função, já que a existência de uma patologia prévia não é requisito para acessar o SUS. Aponta-se, também, a importância de elaborar programas de educação e campanhas permanentes sobre o direito de acesso ao sistema de saúde livre de discriminação e com uso do nome social.
BARBOSA, SILVA e SERÓDIO	Transgender Population under the Bioethics Perspective: a Panorama of the Curricula and Bioethics Courses of Medical Schools of the State of São Paulo	To best address the different ethical and moral problems faced by transgender people, especially in their demand for appropriate health care.	It is postulated that the evident lack of content aimed at trans health in medical schools can make it difficult to reduce transphobia and develop more dignified services within the healthcare network for these people
POPADIUK, OLIVEIRA e SIGNORELLI	A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios	Analisar como o Ministério da Saúde (MS) vem implementando o Processo Transexualizador (PrTr) no SUS, por meio da pesquisa de documentos oficiais de domínio público, sistematização de dados quantitativos e análise das memórias do Comitê Técnico de Saúde LGBT (CTSLGBT) do MS.	Mesmo com avanços consideráveis, os desafios persistem, sendo o mais ameaçador, atualmente, a possibilidade de retrocesso imposta por setores conservadores do executivo e legislativo. Portanto, a visibilidade das ações já conquistadas é um passo decisivo para manutenção e potencialização do PrTr no SUS.
SOUSA e IRIART	"Viver dignamente": necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil	Discutir as necessidades e demandas de saúde de homens trans	A transfobia estrutural faz disparar uma série de questões de saúde, ao mesmo tempo em que limita as possibilidades de

			obtenção de cuidado. A despatologização das vivências trans constitui o eixo central com base no qual o cuidado deve ser pensado, relacionando-a a mudanças culturais, políticas e sociais que impliquem a construção de uma sociedade não transfóbica e incidam no bem-estar e reconhecimento dos homens trans.
ROCON et al.	Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa	Realizar uma busca literária sobre o acesso à saúde da população transexual e travesti brasileira	O acesso da população trans no SUS é marcado por muitos desafios, como a discriminação, transexualização como doença, falta de preparo pelos profissionais, recursos escassos para investimentos em ações voltadas para luta contra a transfobia, bem como a ausência da garantia de serviços específicos – como o processo transexualizador.
SODRÉ et al.	O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?	Discutir o que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde.	Considerou-se a necessidade de universalizar a hormonioterapia e o implante de silicone e a reivindicação por atendimento multiprofissional na saúde trans como formas de garantir o cuidado e a segurança necessários aos processos de transformação do corpo.
SALEIRO	Diversidade de género na infância e educação: contributos para uma escola sensível ao (trans)género	Identificar os problemas que se colocam às crianças e jovens diversas em termos de género no sistema educativo em Portugal, bem como refletir sobre as consequências da sua invisibilização.	Os resultados apontam para um panorama de estranheza, desamparo e mesmo violência em ambiente escolar, que evidenciam a necessidade de implementar medidas especificamente direcionadas a esta problemática, mas também a sua incorporação nos instrumentos de combate ao sexismo e estereótipos de género.

ALMEIDA e VASCONCELLOS	Transexuais: transpõem barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?	Analisar a questão do acesso ao emprego pela população transexual e travesti no município de São Paulo, a partir da perspectiva das entidades com atuação específica junto a essa população.	Conclui-se pela necessidade de o Estado proteger e as empresas atuarem com a devida diligência para garantir a não discriminação de pessoas trans no ambiente de trabalho.
MAGNO, DOURADO e SILVA	Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil.	Analisar suas experiências de estigmatização, descrevendo acontecimentos, atores e contextos que marcam as suas trajetórias de vida, e também compreender a relação entre o estigma e suas performances femininas.	Considerou-se a necessidade de novas investigações que possam discutir e problematizar algumas das tensões e deslocamentos identitários, movimentos de resistência ao processo de estigmatização, sobretudo aqueles que estão ocorrendo no cotidiano das intersubjetividades, considerando os aspectos da violência, discriminação e patologização das identidades subversivas às normatizações de gênero.
SILVA et al.	Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro	Analisar a partir do perfil sociodemográfico as situações de violência contra travestis e transexuais.	Na violência efetuada na população transgênera, acentuou-se o silenciamento das agressões sofridas e sua invisibilidade no contexto social e institucional reflete a inibição dos direitos humanos e ocultamento da realidade.
SPIZZIRRI et al.	Considerações sobre o atendimento aos indivíduos transgêneros	Pesquisar a abordagem dos profissionais da saúde aos indivíduos transgêneros.	Os resultados indicam que ainda faltam treinamento específico e recursos para os profissionais da saúde que pretendem acompanhar indivíduos transgêneros em suas necessidades.
FRANCO	A educação física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros	Não especificados	A inserção e permanência de alunas/os trans na escola consiste de uma dinâmica bastante recente em nossa sociedade, portanto, com amplas perspectivas de olhares a serem contextualizadas nas discussões de gênero e educação.
SOUZA e BERNARDO	Transexualidade: as consequências do preconceito escolar	Discutir a relação entre os problemas encontrados no ambiente escolar e a	Indicam que a falta de aceitação e o preconceito no ambiente escolar geram

	para a vida profissional	dificuldade para colocação profissional.	obstáculos para o bom aproveitamento da educação formal e alto índice de evasão escolar entre as transexuais.
NATAL-NETO, MACEDO e BICALHO	A criminalização das identidades trans na escola: efeitos e resistências no espaço escolar	Discorrer sobre a criminalização das identidades trans na escola, entrecortadas hegemonicamente pelas mais variadas dificuldades e violências.	Necessidade da promoção de debates no meio escolar através dos mais variados dispositivos, como oficinas junto aos professores e alunos, trazendo o questionamento das verdades postas quanto à sexualidade e ao gênero.

Fonte: elaborada pela autora (2020).

4 DISCUSSÃO

Gênero é considerado um modo de identificação pessoal e/ou social das pessoas autodeclaradas como homens ou mulheres, sendo esta identificação constituída por um conjunto de papéis e expressões de gênero erguido intensamente e de maneira independente do sexo atribuído no nascimento. Novas questões relacionadas ao gênero emergiram nos últimos anos, questões essas a qual argumentam o conceito binário de atributos inerentes ao sexo. Essas questões passaram a conceber um espectro feminino-masculino nas quais as pessoas podem se encontrar ou não e no qual podem se deslocar livremente, utilizando das próprias singularidades para uma maior visibilidade diante da sociedade (BARBOSA; SILVA; SERÓDIO, 2020).

A invisibilidade vivenciada pelas pessoas transgêneras, reflete uma existência marcada por repúdio, preconceito e recorrentes episódios de violência. Esse contexto, por hora marcado pelas diferentes formas de agressão, somado à escassez de estratégias de voltadas para saúde e educação incidem, sobre o referido segmento como catalisadores de vulnerabilidade, da inclusão nos grupos de riscos relacionados às infecções sexualmente transmissíveis (IST), à criminalidade e a violência. A violência a qual estão sujeitos (as), seja física ou psicológica, é vista como naturalizada diante da concepção social, formulada por uma associação onde ser uma pessoa transgênera é estar aberto ao preconceito e discriminação (SILVA *et al.*, 2016).

Um estudo feito por Spizzirri *et al.* (2017) mostrou que a relação do estigma social junto a comunidade transgênero, os (as) colocam expostos a um risco maior perante às situações com desfechos desfavoráveis à vida e à saúde, menor desempenho escolar, maior

frequência em relação ao abandono dos estudos, abuso sexual, questões relacionadas a ansiedade, depressão, ideias e tentativas de suicídio, uso de substâncias psicoativas, entre outros. Natal-Neto, Macedo e Bicalho (2016) ainda ressaltam que devido ao preconceito e à dificuldade de se conseguir um emprego por falta de oportunidade de qualificação, grande parte do grupo que é composto por travestis e transexuais trabalham na prostituição.

De acordo com Monteiro e Brigeiro (2019) no que se diz respeito ao âmbito governamental, no ano de 2004 foi instituído o programa Brasil sem Homofobia o qual foi considerado um marco político que definiu ações de promoção de direitos em áreas como saúde, educação, segurança e trabalho voltado para população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). Desde então pautas sobre inclusão da diversidade sexual e de gênero foram tomando espaço diante da sociedade, quando no ano de 2009 foi lançado um novo Plano Nacional centrado na promoção da cidadania com ênfase neste grupo, com propostas para o âmbito da saúde, instituições de ensino e mercado de trabalho.

Para Bezerra *et al.* (2019) esse marco jurídico formulou um dimensionamento estratégico para ampliação, reconhecimento e fortalecimento da condição de cidadão e dos direitos humanos no Brasil. Isto porém não correspondeu somente a legitimidade das demandas LGBT, mas também a institucionalização e participação efetiva dos grupos sociais nos espaços responsáveis por elaboração de políticas de saúde em todas esferas federativas. Em subseqüente ao Plano Brasil Sem Homofobia, surgiram divisões nos setores do Estado, a exemplo de coordenações, planos, políticas e programas o que gerou uma maior visibilidade deste grupo diante das autoridades e sociedade.

Diante da sucinta exposição e, para fins didáticos, antepôs organizar em subdivisões os elementos contextuais das pessoas transgêneras voltadas para saúde e educação e apresentá-los em dois tópicos: 4.1 Acesso das pessoas transgêneras aos serviços saúde e 4.2 Acesso das pessoas transgêneras aos ambientes de formação.

4.1 Acesso das pessoas transgêneras aos serviços saúde

Um complexo de ações e programas elaborados pelo Estado define o termo políticas públicas, na qual possui objetivo de garantir direitos constitucionais inerentes a todos os cidadãos. Assim, diante da Constituição Federal de 1988, a saúde é atribuída como um direito inalienável, devendo ser assegurado o acesso universal e integral nos atendimentos realizados pelo SUS a todos os cidadãos. Para isso, é de fundamental importância que as linhas de

cuidados ofertadas pelo SUS sejam formadas a partir das necessidades sociais de maneira geral, devendo ser consideradas as especificidades, fazendo jus ao princípio da equidade (OLIVEIRA; ROMANINI, 2019).

De acordo com Bezerra *et al.* (2019) o fato da população LGBT não seguir um padrão heteronormativo, reflete dificuldades no ingresso ao SUS e aquilo que os torna ‘diferentes’ pode ser usado contra essas pessoas nas assistências de saúde. Destarte, Rocon *et al.* (2015) afirmam que as pessoas transgêneras se deparam com dificuldades ao buscarem atendimentos nos serviços coletivos de saúde pela constante transfobia que sofrem junto à questões discriminantes relacionadas também com outros fatores sociais e principalmente pela escassez de assistência especializadas na área da saúde.

Magno *et al.* (2019) evidenciaram no que diz respeito ao acesso para atendimentos de saúde, o estigma e a discriminação são representantes de barreiras para as pessoas transgêneras, muitas delas evitam frequentar estes serviços por antecipar a discriminação e ter o acesso negado mesmo em serviços públicos. Monteiro e Brigeiro (2019) evidenciam não só a discriminação de gênero presente nas assistências de saúde, mas também problemas como filas, dificuldade de agendamento, excesso de burocracia, falhas na informação, não acolhimento e ausência de profissionais foram circunstâncias colocadas para descrever as fragilidades no sistema e as razões para desistência do atendimento.

De acordo com Barbosa, Silva e Seródio (2020) além de padecerem como boa parte da população com a inadequação do atendimento voltado a demandas básicas de saúde no SUS, as pessoas transgêneras sofrem ainda pela dependência de drogas, IST's, transtornos mentais e violência, também pela dificuldade no atendimento de demandas gerais e específicas, como o acompanhamento integralizado em saúde mental, terapia cirúrgica e hormonal com a finalidade de modificações corporais, ante as limitações de ampliação, reformulação e concretização do Processo Transsexualizador (PrTr) do SUS.

Rocon *et al.* (2015) ressaltam o lançamento do PrTr do SUS pelo Ministério da Saúde (MS) através da Portaria 1707/2008. Por ela, inicialmente apenas as mulheres transexuais tiveram acesso aos serviços de hormonioterapia, de acompanhamento clínico, cirúrgico e principalmente psicológico durante a transgenitalização. Em 2013, a partir da Portaria 2803 o PrTr passou por uma reformulação a qual inseriu homens transexuais, e os contemplou com demandas por cirurgias de retiradas de órgãos advindas do sexo de nascimento, hormonioterapia e os acompanhamentos clínicos necessários.

A normatização do PrTr do SUS trata-se de uma regulamentação que visa retomar os princípios da universalidade relacionada ao acesso e a integralidade voltada para atenção, especificamente relacionada à físicas e psicossociais, ambas inseridas no processo de transformação pessoal e social voltado à transexualidade, prioritariamente no contexto da atenção especializada. Deste modo, este programa contempla um conjunto estratégico de ações voltadas à saúde incluídas no processo de transformação das características sexuais pelos quais os transexuais passam em determinado momento de sua existência (POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2016).

Sousa e Iriart (2018) destacam que a demanda pelas cirurgias destinadas às modificações corporais de pessoas transgêneras tem o seu cuidado vinculado, por meio da rede pública de saúde, ao PrTr. Desse modo, para que seja possível a realização das cirurgias, os transexuais necessitam iniciar o programa a partir dos 18 anos e ter um acompanhamento psicoterapêutico por dois anos, a fim de obter o laudo que lhe determine apresentar o CID F64 (transtornos da identidade sexual). Exclusivamente baseado nesse diagnóstico será possível a realização das cirurgias através dos serviços de saúde públicos vinculados ao PrTr. No caso de cidades que ainda não dispõem do PrTr, os transexuais se veem obrigados a buscar atendimentos alternativos em serviços de saúde privados, situação que leva suas demandas à condição de mercadorias.

Rocon *et al.* (2019) ressaltam casos na qual mulheres transexuais relatam não compreender sua identidade como doença, mas que para obter acesso ao PrTr se sujeitam a esta circunstância. Questões ao qual, de fato, vão de encontro ao comprometimento da autonomia e liberdade perante o próprio corpo. Destacam também que em algumas situações são necessárias algumas manobras como a maneira na qual se vestem, uso de maquiagens e a forma como se expressam, para que seus comportamentos sejam considerados ideais para obtenção do diagnóstico, e com isso a finalidade de induzir a equipe de saúde sobre a autenticidade de ser um transexual, já que esta condição precisa ser vista como uma doença.

Diante deste contexto, Rocon *et al.* (2019) alegam que o acesso à saúde voltado para pessoas transgêneras, tem por finalidade avaliar os(as) “candidatos (as)” para obterem autorização para realização das cirurgias. Para isso, são utilizadas formas de normatização relacionadas aos procedimentos para que se defina quem realmente são os(as) ‘transexuais verdadeiros (as)’, isto é, a fim de que sejam avaliados os níveis padrões de feminidade e hombridade. Assim, os indivíduos transexuais as quais não contemplam esses padrões

sugestivos ao gênero têm acesso negado perante os serviços de saúde ofertados pelo PrTr, negando também sua livre expressão de personalidade.

Bezerra *et al.* (2019), ao discutir-se o PrTr, também salientam a questão relacionada a baixa existência de hospitais e ambulatórios qualificados para realização do procedimento de transsexualização pelo SUS, assim como a distribuição geográfica na qual poucos estados possuem estas referências, o que resulta em limitações para população transexual acessar de forma eficaz. Além destas questões relacionadas à estrutura física, os autores discutem também o quão é necessária à capacitação profissional no que tange o acolhimento e atendimento voltado à população transgênera, à eliminação da discriminação por parte das equipes de saúde e do estigma nestes serviços.

Desta forma, Sodré *et al.* (2018) retomam, uma sequência de desafios ainda a serem superados para a ideal efetivação do SUS no país a exemplo, a relação do modelo biomédico hegemônico e o inacabado entendimento de saúde como ausência de doença. Ainda evidenciam a necessidade das pessoas transgêneras aos serviços que extrapolem a lógica curativa e biomédica de atenção à saúde, pois além da necessária oferta de cirurgias e hormônios, eles (as) reivindicam serviços capazes de oferecer uma atenção integral em saúde, pautada na autonomia e no respeito durante o processo de mudança de gênero dos (as) pacientes, com equidade.

Evidenciando outros aspectos, Sodré *et al.* (2018) observaram também em um estudo a relação da alteração do nome próprio e do gênero a ser utilizado nos pronomes de tratamento associados às mudanças físicas corporais. O desdém ao nome social da pessoa transgênera, configura barreiras no acesso aos ambientes de saúde nos mais variados estabelecimentos e níveis de atenção, apresentando como uma das situações mais comuns de discriminação presentes diariamente na rotina destes serviços. Em consequência, este ato reflete diretamente na resistência pela busca de tratamentos de saúde pela população transgênera por receio de se tornarem vítimas da discriminação.

Diante deste contexto o MS lançou a portaria nº 1820/2009, na qual foi reconhecido o uso do nome social pela pessoa transgênera. Nome social é o nome pelo qual o (a) transgênero (a) deseja ser chamado e foi através desta portaria declarada a obrigatoriedade de constar nos prontuários um local para preenchimento do nome social. Esta carta afirma ainda que é direito do cidadão uma assistência humanizada e acolhedora sem discriminação, ou seja, em nenhum momento deverá ser realizado de forma intolerante ou preconceituosa a inclusão do nome social. Todavia, ainda é possível observar que esta normativa ainda não se tornou presente na

rotina de trabalho da equipe assistencial, o que ainda bloqueia o acesso eficaz a demandas de saúde dos (as) pacientes transgêneros (as) (ROCON *et al.*, 2015).

Neste contexto, Bezerra *et al.* (2019) destacaram a indispensabilidade de mudanças na formação e capacitação por parte da equipe de saúde, de maneira a serem preparados para assistência das demandas pertinentes a orientação sexual e de gênero como plano para enfrentamento da discriminação, estigmatização e preconceito. É de fundamental importância ressaltar que o despreparo nos serviços assistências de saúde não se limita apenas aos profissionais que prestam assistência direta, mas também aos gestores em saúde. Em paralelo com isto, o desconhecimento de objetivos e diretrizes da política por parte dos gestores quando voltadas para pessoas transgêneras, resulta em ainda em desarticulação de ações nos diversos níveis de atenção à saúde, determinando a fragmentação do cuidado.

Desta forma Rocon *et al.* (2019) ressaltam sobre a inexistência de redes que interliguem assistência entre a atenção primária e os serviços ambulatoriais ou hospitalares que contemplem o PrTr como limitação ao ingresso. Deste modo, esta carência na vinculação e referência entre esses serviços favorece para o aumento na quantidade de pessoas necessitando dos serviços transexualizadores, refletindo em demandas que deveriam ser assistidas pela atenção primária cheguem até outras complexidades nos serviços de saúde, resultando no grande quantitativo de pessoas esperando por assistência.

A partir do exposto, Oliveira e Romanini (2019) salientam alguns desafios sofridos pela população transgênera no acesso a saúde, dentre eles estão aprimoramento do PrTr, assim como sua universalização; a certeza da utilização do nome social nos serviços de saúde pública e nos documentos e formulários relativos ao SUS; investimento em pesquisas que tragam avanços tecnológicos e terapêuticos a população transgênera; uso de banheiros e enfermarias que sejam correspondentes à identidade de gênero da pessoa; inclusão dos campos “identidade de gênero” e “orientação sexual” nos formulários e prontuários e sistemas do SUS; e o acompanhamento no tratamento em saúde decorrentes da hormonioterapia e da utilização de próteses de silicone. O investimento nestas frentes pode contribuir para a efetivação da equidade entre a população transgênera.

Sendo assim, o desafio da promoção da equidade para a pessoa transgênera deve ser compreendido a partir da perspectiva das suas vulnerabilidades específicas, demandando iniciativas políticas e operacionais que visem à proteção dos direitos humanos e sociais dessa população. Em síntese, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde decorrem especialmente do estigma e são operados em níveis estruturais, institucionais e individuais,

produzidos por um modelo de assistência à saúde pautada na heteronormatividade. Ademais, o despreparo de gestores e profissionais ao lidar com questões relacionadas com a diversidade sexual e de gênero constitui uma importante barreira tanto para o acesso aos serviços quanto para o cuidado integral à saúde da população transgênera (BEZERRA *et al.*, 2019).

Portanto, pode se observar as dificuldades enfrentadas pela população transgênera na busca pelo atendimento aos serviços de saúde, e o mesmo pode ser encontrado em outros espaços, como por exemplo, nos ambientes de formação.

4.2 Acesso das pessoas transgêneras aos ambientes de formação

Desde sua origem, a escola ocupa um local representativo como instituição social, e tem por finalidade o ensino, transferência de conhecimento, aprendizagem e manutenção de valores que formam a sociedade a qual está inclusa. A confirmação deste processo se dá por meio da educação das pessoas através do estabelecimento de diretrizes que as situam de forma histórica, social e culturalmente como seres humanos. Neste contexto de inserção, a distinção, a diferença e a incompletude são as marcas primordiais do ser humano, dimensões essas que o inserem no mundo pela via de seu corpo (FRANCO, 2016).

Oliveira e Romanini (2019) mostraram que mesmo com esses pequenos avanços, uma grande parcela da população transgênera está, ainda, sob a égide da marginalização e da exclusão social, o que demonstra diversas dificuldades encontradas para exercer direitos como cidadãos. Esse grupo enfrenta obstáculos diariamente quando diz respeito ao acesso à saúde, educação, moradia, empregabilidade, assistência social, entre outros serviços destinados a população. Algo que não pode ser menosprezado está relacionado também à violência e homicídios que pessoas transgêneras são expostas, na qual este alto índice colabora para uma perspectiva de vida inferior à média nacional. De modo geral, a pessoa transgênera não acessa a escola e não transita nas ruas durante o dia, existe o lugar social desse grupo, é nesse lugar social que devem permanecer.

A escola é um espaço fundamental para a formação cidadã dos indivíduos. E como qualquer espaço social, é formado por pessoas, sendo estas atravessadas pelas mais diferentes ideias e contextos. A escola, portanto, é um espaço que produz discursos sobre a sexualidade e sobre gênero e/ou reforça aqueles que são proferidos fora dos muros escolares, ainda que haja um “pacto silencioso”, uma tentativa de evitar tocar no assunto. A idealização das práticas cotidianas da população transgênera consideradas “certo-erradas” presente nas

escolas, está presente nas mais variadas situações, como nos discursos do vestuário adequado, nas brincadeiras entendidas como corretas, nas formas de comportamento reprováveis pelos professores, entre outros (NATAL-NETO; MACEDO; BICALHO, 2016).

É nessas práticas e discursos que se percebe a não legitimação da diferença, o que torna a escola um espaço profícuo para o bullying. Silva *et al.* (2016) evidenciaram que o baixo grau de escolaridade se relaciona diretamente com o preconceito e a discriminação presente no espaço em que vivem as pessoas transgênero, na qual as práticas cotidianas de exclusão, as levam a evasão escolar. Esta adversidade está presente diariamente, seja pela violência gerada pela transfobia ou pela inadequação do planejamento pedagógico, o que dificulta a sobrevivência à escola.

Para Natal-Neto, Macedo e Bicalho (2016) este tipo de violência, que torna o ambiente escolar um ambiente desagradável à pessoa transgênero, é de conhecimento geral situações nas quais se fazem presentes à agressão física, violências sexuais por parte de outros estudantes do meio escolar, entre outras violações. Todo indivíduo que, de alguma forma, foge à heteronormatividade, terá um olhar diferenciado pelo meio social para com si, propiciando situações relacionadas ao bullying, o que gera consequências físicas e principalmente psicológicas para pessoas transgêneras.

Diante disto, o bullying é visto como a face mais visível dos problemas e discriminações enfrentados na escola pelas crianças e jovens diversos em termos de gênero. Os efeitos ou consequências do bullying não se limitam ao imediato e podem afetar todo o percurso de vida das pessoas transgêneras, nomeadamente o capital escolar com que poderão contar, desencadeia percursos escolares atribulados como, por exemplo, mudanças de escola constantes, a suspensão do percurso escolar e o abandono escolar precoce (SALEIRO, 2017).

Almeida e Vasconcellos (2018) apontaram que, em virtude da discriminação, a evasão de pessoas transgêneras do ambiente escolar acaba sendo involuntária, pois existem fatores que influenciam na presença e/ou ausência da população transgênero no espaço escolar. Entre estes fatores destacam-se o não reconhecimento do nome social, nome ao qual a pessoa transgênero deseja ser chamada no momento da frequência e mesmo no cotidiano escolar e o impedimento de acesso ao banheiro feminino para mulheres transgêneras e o banheiro masculino para homens transgênero.

Diante disso, como maneira de evitar sofrimentos vividos no ambiente escolar, o abandono à escola se torna constante entre a população transgênero. Todavia, a formação escolar é um fator de extrema importância para o ingresso ao mercado de trabalho no contexto

atual, mesmo quando as atividades exigem pouco esforço intelectual. Assim, é possível supor que, no caso da população transgênera, possa existir um círculo vicioso: o preconceito na infância prejudica sua formação e a falta de capacitação juntamente com a exclusão pelo preconceito sexual deixa-lhes poucas opções no mercado de trabalho (SOUZA; BERNARDO, 2014).

Outros fatores que influenciam na evasão escolar são questões gerenciais como projetos pedagógicos que não reconhecem a existência e as singularidades da população transgênera na escola, a ausência no currículo escolar de livro didático sobre diversidade sexual, falta de formação para a comunidade escolar sobre a diversidade sexual, desrespeito ao princípio laico do estado, regimento escolar que simbolicamente pune as expressões culturais da pessoa transgênera na escola ou a ausência deste induzindo os gestores a determinarem normas fundadas em hábitos heteronormativos (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

Nesse contexto, o estigma e a discriminação, estão geralmente associados à exclusão social, a baixa escolaridade e as barreiras no acesso ao mercado de trabalho, podendo influenciar a entrada dessas pessoas no mercado sexual, gerando adoção de comportamentos de risco para doenças, infecções e agravos à saúde, como o uso de substâncias injetáveis sem orientações médicas, uso de psicoativos, sexo desprotegido, suscetibilidade a IST's e também com desfechos psiquiátricos como ansiedade e depressão. Portanto, o processo de estigmatização destaca um traço específico do indivíduo, a identidade de gênero, onde a discriminação, que, por sua vez, produz desfechos negativos à pessoa transgênera (MAGNO; DOURADO; SILVA, 2017).

5 CONCLUSÃO

Nesta revisão procurou-se descrever os elementos que fazem parte do contexto de saúde e educação da população transgênera. Desse modo, identificou-se questões relacionadas ao estigma, falta de qualificação por parte dos profissionais no manejo desse grupo discriminação, não acolhimento efetivo, desdém ao nome social, além de dificuldades quanto ao ingresso no PrTr do SUS, como barreiras que fragilizam o acesso da população transgênera aos serviços de saúde.

Desta forma, também observou-se dificuldades referentes ao campo da educação. Nesse contexto a população transgênera está mais suscetível a marginalização, a exclusão

social, o preconceito, o não reconhecimento ao nome social, o *bullying*, a inexistência de projetos pedagógicos singulares, o uso do banheiro pelo gênero pelo qual se identifica, entre outros. Com isso, estes motivos corroboram para o alto índice de evasão escolar por parte da população transgênera, o que reflete diretamente na dificuldade do ingresso ao mercado de trabalho formal, fazendo com que estas pessoas busquem sustento através da prostituição, sendo suscetíveis a riscos para saúde, como IST's e questões voltadas à violência e transtornos mentais. Esse cenário influencia na invisibilidade, e, frequentemente contribui para que tenham as menores expectativas de vida, pois não há um olhar diferenciado voltado às suas demandas e necessidades como ser humano.

Cabe ressaltar a existência de limitações encontradas durante a construção desta pesquisa. Uma delas está relacionada à carência de pesquisas com ênfase na população transgênera de um modo geral. Outra situação é a escassez de artigos voltados para educação do público transgênero, uma vez que a maioria dos artigos existentes salienta o bullying escolar como a única dificuldade encontrada na formação desta população. Quando relacionado à saúde, grande parte das publicações ressaltam questões somente voltadas ao PrTr do SUS e IST's, não pontuando outras situações pertinentes a serviços de saúde para população transgênera. Outro limitador encontrado é o fato da maioria das pesquisas serem de natureza qualitativa, dificultando a interação com diferentes naturezas e desenhos, o que dificulta a correlação com variáveis ainda não estudadas.

Portanto, mesmo com os avanços já alcançados, ainda existem desafios a serem superados, sendo as questões relacionadas à discriminação e a estigmatização as principais barreiras a serem desconstruídas. Deste modo, se torna importante à visibilidade de gestores com destaque na criação de programas e políticas com ênfase em direitos constitucionais do cidadão, voltados para população transgênera e, assim, através da equidade, incluir esta população nos serviços voltados para sociedade de maneira geral, sem distinção de gênero e orientação sexual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? **Revista Direito Getúlio Vargas**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 302-333, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rdgv/v14n2/1808-2432-rdgv-14-02-0302.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BARBOSA, Matheus Ghossain; SILVA, Magnus Régios Dias da; SERÓDIO, Aluísio Marçal de Barros. Transgender Population under the Bioethics Perspective: a Panorama of the Curricula and Bioethics Courses of Medical Schools of the State of São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 44, n. 3, p. 1-7, ago. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022020000300217&tlng=pt. Acesso em: 18 out. 2020.

BEZERRA, Marcos Vinicius da Rocha *et al.* Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. **Revista Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 8, p. 305-323, dez. 2019. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/sdeb/2019.v43nspe8/305-323/pt>. Acesso em: 17 out. 2020.

DORNELAS, Rodrigo *et al.* Qualidade de vida e voz: a autopercepção vocal de pessoas transgênero. **Audiology Communication Research**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 1-5, 11 maio 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/acr/v25/2317-6431-acr-25-e2196.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2020.

FRANCO, Neil. A educação física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros. **Revista Motrivivência**, Santa Catarina, v. 28, n. 47, p. 47-66, maio 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-523>. Acesso em: 07 nov. 2020.

GRADE, Cláudia; GROSS, Carolina Baldissera; UBESSI, Liamara Denise. Patologização da transexualidade a partir de uma revisão integrativa. **Revista Psicologia, Saúde e Doença**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 435-451, maio 2019. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862019000200013. Acesso em: 17 out. 2020.

GROSSI, Marcia Gorett Ribeiro; OLIVEIRA, Eliane Silvestre; SILVA, Lívia de Cássia. Transexualidade na formação do professor da educação básica: desvelando a realidade brasileira. **Revista de Humanidades**, Fortaleza, v. 32, n. 2, p. 180-192, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rh/article/view/7475/0>. Acesso em: 01 nov. 2020.

MAGNO, Laio *et al.* Stigma and discrimination related to gender identity and vulnerability to HIV/AIDS among transgender women: a systematic review. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.35, n.4, p.1-21. jan. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v35n4/1678-4464-csp-35-04-e00112718.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

MAGNO, Laio; DOURADO, Inês; SILVA, Luis Augusto Vasconcelos da. Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 5, p. 1-12, dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2018000505018&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 nov. 2020.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro; BARBOSA, Regina Maria. Saúde e direitos da população trans. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, p. 1-4, abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000400201. Acesso em: 24 set. 2020.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.35, n.4, p. 1-12, abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2019000400504&script=sci_arttext. Acesso em: 24 set. 2020.

NATAL-NETO, Flávio de Oliveira; MACEDO, Geovani da Silva; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. A Criminalização das Identidades Trans na Escola: Efeitos e Resistências no Espaço Escolar. **Revista Psicologia: Ensino & Formação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 78-86, out. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612016000100008. Acesso em: 24 set. 2020.

OLIVEIRA, Itauane de; ROMANINI, Moises. (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 1-14, out. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2020.v29n1/e170961/>. Acesso em: 17 out. 2020.

OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de *et al.* Saúde do escolar: uma revisão integrativa sobre família e bullying. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1553-1564, set. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017002501553&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 9 set. 2020.

POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1509-1520, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v22n5/1413-8123-csc-22-05-1509.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

ROCON, Pablo Cardozo *et al.* Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 1-18, nov. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000100505&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 18 out. 2020.

ROCON, Pablo Cardozo *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 217-255, out. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000802517. Acesso em: 17 out. 2020.

RODRIGUES, Priscila Duarte. **Os novos paradigmas do sistema judiciário e a criminalização da homofobia e transfobia: uma análise a partir do pensamento habermasiano**. 2019. 36 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG, 2019. Disponível em: <http://www.pensaracademico.facig.edu.br/index.php/repositorioctcc/article/view/1763/0>. Acesso em: 31 ago. 2020.

SALEIRO, Sandra Palma. Diversidade de Género na Infância e Educação: Contributos para uma Escola Sensível ao (Trans)Género. **Revista Ex Aequo**, Portugal, v. 36, n. 2, p. 149-165, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0874-55602017000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 nov. 2020.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. O estudo científico da felicidade e a promoção da saúde: revisão integrativa da literatura. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 188-195, jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n3/pt_25. Acesso em: 9 set. 2020.

SILVA, Giannini Ferreira de Freitas. **A população transgênero no ambiente universitário: desafios**. 2018. 47 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró-Rn, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/4575/1/GianniniFFS_MONO.pdf. Acesso em: 7 set. 2020.

SILVA, Glauber Weder dos Santos *et al.* Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Rio Grande do Sul, v. 37, n. 2, p. 1-7, jun. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472016000200404. Acesso em: 24 set. 2020.

SILVA, Rodrigo Gonçalves Lima Borges da; BEZERRA, Waldez Cavalcante; QUEIROZ, Sandra Bomfim de. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 3, p. 364, 26 dez. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/88052>. Acesso em: 31 ago. 2020.

SOARES, Luciano Silveira. **Cuidado em saúde e transfobia: percepções de travestis e transexuais de duas regiões do Rio de Janeiro: Maré e Cidade de Deus, sobre os serviços de saúde**. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/27920>. Acesso em: 31 ago. 2020.

SODRÉ, Francis *et al.* O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? **Revista Interface**, Botucatu, v. 22, n. 64, p. 43-53, mar. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832018000100043&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 18 out. 2020.

SOUSA, Diogo; IRIART, Jorge. "Viver dignamente": necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 10, p. 1-11, maio 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v34n10/1678-4464-csp-34-10-e00036318.pdf> . Acesso em: 18 out. 2020.

SOUZA, Heloisa Aparecida de; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Revista Bagoas**, Rio Grande do Norte, v. 8, n. 11, p. 157-176, nov. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6548#:~:text=A%20baixa%20escolaridade%20decorrente%20desse,cargos%20que%20exigem%20maior%20qualifica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 07 nov. 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-45082010000100102&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 22 set. 2020.

SPIZZIRRI, Giancarlo *et al.* Considerações sobre o atendimento aos indivíduos transgêneros. **Revista Diagnóstico e Tratamento**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 176-179, ago. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-875488>. Acesso em: 24 set. 2020.

VILLIKE, Larissa Pereira *et al.* Processo de identificação do transgênero e suas implicações sociais, psicológicas e afetivas. **Revista da Graduação em Psicologia da Puc Minas**, Minas Gerais, v. 4, n. 8, p. 287-307, dez. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/22038>. Acesso em: 9 set. 2020.